

A HISTÓRIA DA RODOVIA BR 174 E OS CONTATOS COM A ETNIA WAIMIRI – ATROARI NOS ANOS 70: DOENÇAS E DESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA

OBJETIVO

Compreender o processo de ocupação da Amazônia a partir das décadas de 60 e 70, analisando o PIN (Plano de Integração Nacional) e as políticas desenvolvimentistas para a região dando ênfase a construção da rodovia BR 174 (Manaus - Caracarari) nos anos 70 os contatos com etnia Waimiri – Atroari, ações governamentais e as doenças que os acometeram como consequência da obra.

Analisar os diversos aspectos de interesses nacionais na construção da rodovia construída atravessando uma região das mais inóspitas, seu traçado cortaria ao meio o território dos índios Waimiri Atroari, conhecidos na região pela sua agressividade aos não índios e tidos como arredios a toda tentativa de contato.

Investigar as endemias que foram disseminadas entre os Waimiris – Atroaris com a construção da rodovia e os mecanismos de prevenção ao acometimento de doenças por contato com os trabalhadores da rodovia.

DESENVOLVIMENTO

A expansão interna se acentuou a partir das décadas de 60 e 70 com a construção de estradas federais e estaduais, que facilitariam em muito o aumento da imigração para a Amazônia, os governos militares consideravam preocupante o debate sobre o vazio demográfico e o isolamento econômico da Amazônia, alegando defender a soberania nacional, os militares concentraram e centralizaram atividades econômicas visando empreender um projeto de modernização nacional e justificando, no caso da Amazônia, a necessidade de "integrar para não entregar". Discurso do presidente Emilio G. Médici (1969 – 1975). Era a doutrina de desenvolvimentismo, cujo auge ocorreu durante o Programa de Integração Nacional (PIN), entre 1970 e 1985, teve como uma de suas consequências intensos conflitos sociais na Amazônia.

Criado pelo Decreto-Lei 1.106, de junho de 1970, o Plano de Integração Nacional (PIN), tinha como uma de suas finalidades financiar obras nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE. Um dos resultados da aplicação desse plano foi construção de rodovias e ações para implantar programas de colonização e transferência de recursos financeiros oriundos do imposto de renda, para aplicação nesses projetos.

O contexto histórico desse desenvolvimentismo proposto pelo plano é marcado por políticas elaboradas segundo o pensamento do Estado. Analisá-los foi importante para compreendermos como foi sua atuação no binômio; Sociedades e Meio Ambiente.

Criado pelas orientações do regime militar, o Plano de Integração Nacional (PIN), tinha como objetivo a ocupação das terras amazônicas por meio de projetos de colonização, sendo selecionadas algumas áreas para o recebimento desses projetos como áreas estratégicas para o desenvolvimento regional. Sob o slogan “Integrar para não Entregar” uma de suas diretrizes era à implementação de rodovias por áreas distintas com a intenção de transformá-las em corredores do desenvolvimento para a região amazônica, assim como transferência de colonos, a BR 174 foi uma delas.

Ao discutirmos sobre desenvolvimentismo para a Amazônia, podemos fazer profundas reflexões, e analisar que a ideia de ocupar os espaços e desenvolver a região produziria fluxos migratórios e com eles graves consequências para os povos que tradicionais.

No caso da BR 174 as maiores vítimas foram os Waimiris – Atroaris acometidos por doenças e epidemias trazidos pelos funcionários da obra ou pela violência dos ocupantes de suas terras.

O Presidente Médici (1969 – 1974) convidava "os homens sem terra do Brasil a ocuparem as terras sem homens da Amazônia". Viabilizando a construção de várias rodovias; Cuiabá-Santarém (BR-163), Manaus-Porto Velho (BR-319), Perimetral Norte (que deveria ligar Macapá com Manaus e que nunca foi terminada) e, mais tarde, a pavimentação da Belém-Brasília (BR-010) e da Pará-Maranhão (BR-316).

A BR-174 rodovia longitudinal que iria cortar no sentido Norte-Sul, ligaria Manaus, capital do estado do Amazonas e Boa Vista a época capital do território federal de Roraima, e daí até a Venezuela que serviria de via de escoamento para transportar mercadorias para aquele estado e a produção da Zona Franca de Manaus. Seu percurso cruzaria por inteiro o território da etnia indígena Waimiri-Atroari.

Iniciada em 1970, mediante convênio assinado entre o DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) e o Ministério do Exército. Foi concluída em 6 de Abril de 1977, após percorrer 971 km entre a Selva Amazônica e os campos Gerais de Roraima.

Para a construção da estrada BR 174, foi preciso um grande aparato da FUNAI, com o estabelecimento das Frentes de Atração deslocando para a região um grande número de servidores, contatando diretamente com os índios o que aumentou drasticamente a incidência de epidemias, tendo como resultado a redução de sua população. Os sobreviventes se agruparam em aldeamentos junto aos Postos onde os servidores haviam preparado um ambiente para recebê-los e transforma-los em agricultores.

Mediante esse impasse, questiona-se acerca de como ocorreu à construção da rodovia mediante o contato com a etnia Waimiri – Atroari nos anos 70 no contexto da ditadura militar?

Como ocorreram as endemias e a sua prevenção após os contatos com os trabalhadores após o início dos trabalhos de construção da rodovia?

Como atuaram os agentes de saúde do estado para combater os efeitos dos contatos?

Os questionamentos e outros fazem parte desse estudo e são muito relevantes, devido à escassez de dados que abordam o tema, sendo importante para esclarecer e elaborar o seguinte problema: O que houve na região da obra da rodovia e o que aconteceu com a etnia Waimiri - Atroari? Etnia do tronco linguístico do tronco Karib.

Do relatório que deu origem as comissões da verdade no Amazonas, recentemente atualizado e publicado, constam mais de 200 documentos que após a abertura política puderam ser acessados nos mostram que a violência cometida contra os índios Waimiri-Atroaris. Entre eles um ofício do CMA (Comando Militar da Amazônia) de 21/11/1974, assinado pelo General Gentil Nogueira, que recomendava o uso da violência armada contra os índios.

Outra discussão do relatório tem a ver com as questões de saúde e as ações dos diversos personagens que para o atendimento dos índios e foram deslocados pelos órgãos envolvidos com a obra e nos legaram algumas informações importantes Outros benefícios desse relatório seria uma contribuição de caráter científico para a história da saúde pública do estado do Amazonas e a relevância social do tema abordado para o conhecimento da sociedade acerca do tema a ser desenvolvido.

A CONSTRUÇÃO DA BR 174 E O CONTATO COM A ETNIA WAIMIRI - ATROARI

Os contatos com a etnia Waimiri – Atroari traçaram um perfil epidemiológico, ou simplesmente os padrões de adoecimento e morte, desses índios. O texto propõe analisar alguns relatórios produzidos por agentes de saúde, FUNAI e Exército para buscar um perfil sobre a situação de saúde da etnia após o início da obra da Rodovia BR 174.

A questão indígena quanto à construção da rodovia foi tratada de forma muito distinta pelas autoridades, inicialmente o plano era formar aldeamentos distantes da área de obras da rodovia, o primeiro foi o órgão envolvido foi SPI (Serviço de Proteção do Índio), este fracassou, foi extinto pelo Ministério do Interior devido a uma série de denúncias por conta da forma pela qual os sertanistas tratavam com a questão indígena. Em 1968, era a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), substituto do SPI o encarregado de fazer a transferência dos índios, o Padre João Calerri foi convidado a fazer a pacificação e aldeamento dos Waimiris – Atroaris, experiente já havia participado com sucesso de projeto parecido com outra etnia a Yanomami, no entanto ela fracassa e sua expedição dizimada pelos índios.

Esta etnia tinha características distintas, os Waimiri-Atroari, grupo indígena da família linguística karib, que se referem a si mesmos como ki'in'ja (gente), habitam uma região de floresta tropical no norte do Amazonas e sul de Roraima, nas bacias dos rios Alalaú, Camanaú, Curiuaú e o Igarapé Santo Antônio do Abonari.

Associado a outros ataques a fama dos Waimiris - Atroaris fez as autoridades a usarem como argumento para o uso da força para afastar os índios do canteiro de obras. “Índios bandoleiros, maus, perversos”. Era o que os agentes da obra fizeram parecer aos olhos da opinião pública e justificarem uma série de ações e também erros nos métodos de atração e contato.

Na verdade a sua difamada postura nada mais era do que a defesa de suas terras e de suas vidas

Relatórios como o da Comissão da Verdade fazem uma extensa descrição de como latifundiários e sertanistas usaram armas convencionais para exterminar muitas

aldeias, mas também praticaram guerra bacteriológica ao introduzirem entre os Waimiris - Atroaris o sarampo, a gripe, a varíola e a tuberculose.

Os métodos usados pelos latifundiários e os sertanistas para infectarem eram: recrutar mestiços doentes provavelmente da etnia Wai Wai e os enviavam para o meio das aldeias. Os povos indígenas por não terem imunidade para essas doenças morriam em grande número e rapidamente.

Nos aldeamentos, os servidores da área médica questionavam a política das autoridades quanto aos cuidados de saúde para com os índios, como no episódio da epidemia de Sarampo, em que as autoridades impediam a transferência dos doentes para Manaus, usando do argumento de que não havia leitos nos hospitais para o tratamento, 116 foram diagnosticados, morreram 21 índios 17 mulheres e 4 homens.

Nos meses de maio e de junho de 1981, surgiu entre os índios habitantes nos aldeamentos instalados na margem da rodovia BR-174, contaminação sarampo.

Após morte do indigenista Gilberto Pinto em uma emboscada quando tentava resgatar corpos de outros funcionários, mortos dias antes faz o Exército intervir, usando de força comparando os índios a Guerrilheiros, e a pacificação a uma Guerra. Relatos de índios sobreviventes contam que aviões e helicópteros foram empregados para bombardear as aldeias, usando de munição convencional (TNT) ou até mesmo NAPALM, também as festas dos Waimiri-Atroari foram aproveitadas pelo PARASAR (tropa de elite) para a matança dos índios.

Nos anos 80 os Waimiris – Atroaris ainda tiveram que suportar outras agressões. As atividades de mineração em suas terras, parte delas onde se localiza hoje a Mineradora Taboca (Paranapanema), desapareceram pelo menos nove aldeias, durante a instalação da mineradora, entre 1979 e 1988, ainda ocorreram notícias da presença de índios naquela região de Pitinga, mas as informações sempre foram contestadas. Em agosto de 1985, apareceram índios desconhecidos no canteiro de obras da hidrelétrica do Pitinga então em construção, dias depois, um funcionário de uma empresa do consórcio da obra, encontrou seis homens e duas mulheres na estrada. Em 1988 se teve a última notícia desses índios. É muito provável que tenham sido mortos.

Também suas terras agricultáveis foram invadidas por posseiros e fazendeiros que se instalavam às margens da BR-174, o governo militar apoiou ainda iniciativas de

colonização do território dos índios, com financiamentos de atividades agropecuárias por meio dos programas Polamazônia e Proálcool, que beneficiaram, entre outras empresas, a Agropecuária Jayoro e ao sul da reserva, em Roraima.

A comissão de direitos humanos dos povos indígenas diz que os índios da etnia Waimiri-Atroari foram massacrados entre os anos 1960 e 1980. Baseado em um Censo da Funai de 1972 a população de Waimiri-Atroari era de 3 mil indígenas. Em 1987 eram 420 índios e em 1983 apenas 350 pessoas, matérias foram publicadas em jornais locais sobre o desaparecimento de cerca de dois mil indígenas no estado do Amazonas, entre 1972 e 1975.

Dados de 1905 dos pesquisadores alemães Georg Hübner e Theodor Koch-Grünberg percorreram o baixo rio Jauapery e estimaram os Waimiri-Atroari em 6.000 pessoas. O Padre João Giovanni Calleri, que em 1968 fez o primeiro levantamento a serviço da FUNAI, sobrevoando os rios Uatumã, Abonari e Alalaú os estimou em 3.000. Número que se repetiu em pesquisa mais minuciosa de funcionários do mesmo órgão em 1972. Menos de dois anos após, sem notícias sobre alguma grave epidemia, a FUNAI já os estimava em menos de 1.000.

Ano	População	Fonte
1905	6.000	HÜBNER, Georg e KOCH-GRUNBERG, Theodor
1968	3.000	CALLERI, João Giovanni (Pe.) – FUNAI.
1972	3.000	FUNAI.
1974	600/1.000	COSTA, Gilberto Pinto Figueiredo – FUNAI.

Fonte: Comissão da Verdade, p. 5. 2012

A situação em que os Waimiri-Atroari se encontravam só pode ser compreendida ao se levar em consideração uma longa história de violentos contatos, alguns documentados, a subordinação dessa etnia se fez através de Frentes de Atração da FUNAI, apoiada pelos órgãos envolvidos na construção da rodovia BR 174, o que gerou muitos debates, como as contradições inerentes ao seu formato e as atitudes de seus participantes. O fato de estarem ligados à hierarquia administrativa os levou a apresentar perspectivas bastante críticas, pois seguiam a política indigenista governamental, ou seja, trabalhando para satisfazer os anseios das autoridades.

A questão indígena durante os anos 70 e 80 pareciam ter suas características próprias, mais foram mais acentuadas no caso dos Waimiri-Atroari. Ações de contato

interétnico, falta de ações de saúde adequadas as suas necessidades e a violência das forças armadas contribuíram para a diminuição demográfica daquele povo.

CONCLUSÃO

Analisar as políticas desenvolvimentistas para a Amazônia e a expansão interna que se acentuou a partir dos anos 60 com a construção de estradas federais e estaduais, que facilitariam em muito o aumento da imigração para a Amazônia e seus efeitos como a ocupação de terras de habitantes tradicionais.

Este texto buscou apresentar as práticas do governo federal no que diz respeito às políticas de integração nacional, tendo o período dos governos militares na década de 1970 como foco, especificamente, analisa o caso do Plano de Integração Nacional (PIN) e suas relações com a política de integração da Amazônia ao território nacional.

A situação dos Waimiri-Atroari que com a construção da estrada que atravessou seu território tiveram suas terras ocupadas por Frentes de Atração da FUNAI e que foram apoiadas pelas Forças Armadas, agindo com extrema violência contra eles. Somados as ações de ocupação seguintes como: Mineração, agricultura e inundação de seus territórios pela usina hidrelétrica de Balbina que causaram a diminuir sua população.

Sendo também muito relevante analisar e investigar as práticas dos agentes de saúde envolvidos com a obra da rodovia.

METODOLOGIA E FONTES

Este tipo de estudo foi realizado com bibliografia e fontes primárias. Dentre os quais serão incluídos acervos documentais, artigos, jornais periódicos, relatórios, livros e fontes eletrônicas disponíveis. Esses dados serão coletados em fontes impressas, acervos particulares, bibliotecas e na internet.

Essas fontes são importantes para o desenvolvimento do tema devido a escassez de material disponível. As coletas de dados iniciais foram realizadas por meio de pesquisa na internet acerca deste assunto, foram utilizadas palavras chaves: Waimiri-Atroari, padre Calerri, BR 174 e Comissão da Verdade. Que resultaram em outras fontes

secundárias obtidas foram teses de doutorado, periódicos, livros que tratam sobre o tema, que abrangeram os jornais regionais da época e da atualidade que contemplaram a vinda da etnia a cidade de Manaus e outros de circulação nacional sobre o contato com esta população referida.

A segunda metodologia de coleta obtida foi o acesso ao relatório da Comissão da Verdade por meio de contato com o autor e mantenedor do acervo do tema no Município de Presidente Figueiredo, onde foi realizado o contato prévio com o este, o agendamento da visita e a coleta dos dados com acesso as fontes que contemplaram o referido relatório.

Os critérios de inclusão dos documentos foram estar relacionados com as palavras-chaves desenhadas pelo estudo; ser pertinente acerca do tema, tendo relevância para acrescentar dados e os critérios de exclusão são não ter relação com o assunto abordado, não ter valor científico para o estudo.

Os acervos ainda não lidos foram os relatórios da FUNAI sobre o episódio do contato com a etnia Waimiri-Atroari e relatórios das Forças Armadas. Esses dois relatórios seriam primordiais para que o estudo fosse realmente desvelado e analisado. Portanto, em outro momento do estudo será contactado com as duas entidades para que haja o estudo dos documentos. Esses acervos deverão ser lidos e analisados extenuadamente para o desenvolvimento deste texto, a fim de responder aos questionamentos e trazer uma contribuição para a história da saúde no Amazonas.

Este trabalho é documental, portanto, não haverá outro tipo de coleta de dados, sendo então desnecessária a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as formalidades legais vigentes de normatização de pesquisa que envolve seres humanos, resolução nº 196/1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAINES, Stephen G. 1991a - "É A FUNAI QUE SABE": A Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/SCT/PR, (Adaptação de tese de doutorado apresentado no Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1988).

BAINES, Stephen Grant. "É a FUNAI que sabe": A frente de atração Waimiri-Atroari. Belém: MPEG/CNPq/CST/PR, 1991.

BECKER, B. K. - 1995 – A Amazônia nos Cenários para o Planejamento Ambiental. In

Atlas: Os Ecossistemas Brasileiros e os Principais Macrovetores de Desenvolvimento. Brasília: MMA.

CUNHA, Maria Manuela Carneiro da. Os direitos dos índios. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HÜBNER, Georg e KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Die Yauapery. In: Zeitschrift für Ethnologie, Nr.19, Berlin: 1907, p. 232 (225-248).

LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Tradução: Tânia Pellegrini. São Paulo: Papirus, 1989.

LOCATELLI, Selcina Henrique. **Plano Amazônia Sustentável: uma nova concepção estatal de desenvolvimento para a Amazônia?** 107 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília. 2009

MELLO, Neli Aparecida de; PASQUIS, Richard e THÉRY, Hervé. A Amazônia “sustentável” de Marina e Lula. In: COY, Martin e KOHLHEPP, Gerd (coord.). **Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais.** – Rio de Janeiro: Garamond; Tubinger, Alemanha: Geographischen Instituts der universitat Tubingen, 2005.

SOUZA, Márcio. Breve História da Amazônia - Manaus: Editora Valer. ed. 4ª 1993

SCHWADE, Tiago Maiká Müller Schwade. Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas. Dissertação de Mestrado. PPGCASA/UFAM: Manaus, 2012.

_____. 1992a - A Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari: Administrações Indigenistas, Mineração de Estanho e a Construção de "Autodeterminação Indígena" Dirigida. Série Antropologia, 126, Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

_____. 1993b - Censuras e Memórias da Pacificação Waimiri-Atroari. Série Antropologia, 148, Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

_____. 1994 - Epidemics, the Waimiri-Atroari Indians and the Politics of Demography. Série Antropologia, 162, Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

PERIÓDICOS

REVISTA DE PATOLOGIA TROPICAL. **Doenças Tropicais e o Desenvolvimento da Amazônia**, Manaus 29 de julho de 2001.

JORNAL A CRITICA. **Atração Atroari é desafio à FUNAI**. Manaus, 15 de abril de 1975.

JORNAL A CRÍTICA. DNER Desiste, mas o CIGS quer ir à Selva. Comerciante diz que sabe de branca entre atroaris. Manaus, 03 de dezembro de 1968.

JORNAL DO BRASIL. Atroaris têm contato com militares na Manaus-Caracarái. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1973.

DOCUMENTOS

SCHWADE, Egydio – REIS, Wilson C. Braga. COMITÊ DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DO AMAZONAS, 17 de outubro de 2012.

BAPTISTA, Ângela Maria. Relatório sobre a área indígena Waimiri/Atroari. Brasília, 30 de julho de 1981.

CALLERI, Padre João (FUNAI). Missão Alalaú/Relatório N°5. IN: Serviço de Rádio Comunicação. Manaus, 26 de outubro de 1968.

CALLERI, Padre João (FUNAI). Informação situação Alalaú. Manaus, 30 de setembro de 1968.

CORREIA, Egipson Nunes (Atendente de enfermagem/FUNAI). Epidemia de sarampo entre os Waimiri-Atroari. 02 de junho de 1981.

COSTA, Gilberto Pinto Figueiredo (FUNAI). Relatório da Frente de Atração Waimiri-Atroari, de acordo com o Memo No.363/73, de 1973”. Manaus, 27 de outubro de 1973.

EGUFE, Leonida (Atendente de enfermagem/FUNAI). Relatório: Sarampo na área dos Waimiri-Atroari. maio de 1981.

ACERVOS

MAREWA (Movimento de Apoio a Resistência Waimiri/Atroari). **Resistência Waimiri/Atroari**. Itacoatiara – AM, 1983.

MAREWA (Movimento de Apoio a Resistência Waimiri/Atroari). Hidrelétrica de Balbina contra Índios e Lavradores. BR-174. Itacoatiara, 23 de agosto de 1984

MAREWA (Movimento de Apoio a Resistência Waimiri/Atroari). Resistência Waimiri/Atroari. Itacoatiara, 1983.

SCHWADE, Egydio (CIMI/OPAN). **Notas a partir de relatos de aula**. Escola Yawará, 1985-1986.

SCHWADE, Egydio (MAREWA). **Calha Norte. Waimiri-Atroari: Uma experiência ilustrativa**. Presidente Figueiredo, 03 de julho de 1987.

SCHWADE, Egydio e PEREIRA, Verenilde (Pastoral Indigenista de Itacoatiara/OPAN). **Nem Bárbaros Nem Integrados: Waimiri e Atroari**. Maio de 1981.

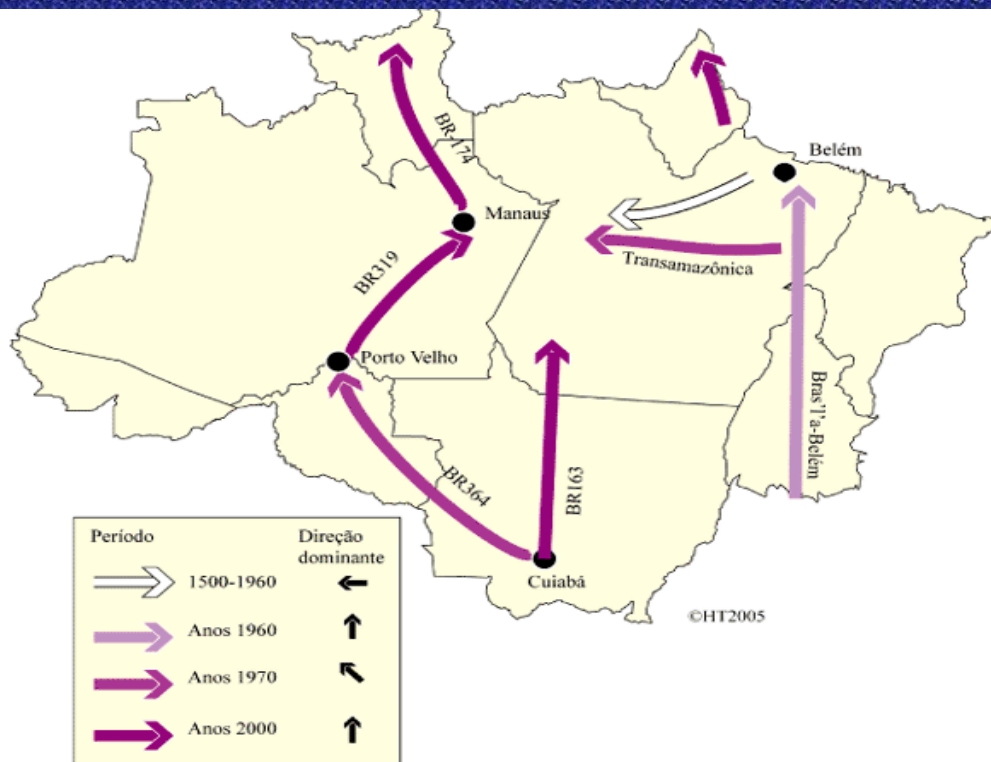
SCHWADE, Egydio e SCHWADE, Doroti Alice Müller (CIMI/OPAN). **Carta para Zoraide Goulart dos Santos. FUNAI**. Presidente Figueiredo, 14 de dezembro de 1986.

SCHWADE, Egydio e SCHWADE, Doroti Alice Müller (CIMI/OPAN). **Comentário a respeito do relatório do Sr. Raimundo Nonato Correa**. Presidente Figueiredo, 26 de março de 1987.

ANEXOS

Programa de Integração Nacional. Extraído de BRASIL, 1970, p. 33.





Mapa – Programa de Construção de Estradas pela Amazônia (Fonte: DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem)



BR. 174 — (Foto: Carvalho)

Fonte: MAREWA – Movimento de Apoio a Resistência Waimiri - Atroari

